



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
*Gabinete da Presidência*

---

**Consulta n. 0024509-75.2024.8.11.0000**

**Vistos etc.**

Trata-se de consulta formulada pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas acerca da extensão, com fundamento no princípio da isonomia, do acórdão proveniente do Pedido de Providências n. 7/2022 (CIA n. 0027166-58.2022.8.11.0000) *“às servidoras e aos servidores efetivos que, à época da vigência dos efeitos financeiros da Lei n. 8.709/2007 (31 de outubro de 2007), faziam jus ao adicional por tempo de serviço”*.

Os autos receberam regular processamento, com a realização de estudos acerca das regras a serem aplicadas para a elaboração do cálculo pertinente acerca do direito vindicado, de onde se extrai decisão proferida por este subscritor no andamento n. 35, com a seguinte parte dispositiva:

**“6. DISPOSITIVO**

*Diante do exposto, determino a realização de estudo técnico específico para identificar, de forma individualizada e precisa, as eventuais perdas salariais decorrentes da inclusão do Adicional de Tempo de Serviço (ATS) no enquadramento inicial dos servidores, conforme previsto no art. 49 da Lei Estadual n. 8.709/2007, comparando-se esse cenário com a hipótese de manutenção dessa rubrica de forma destacada. O estudo deve observar as seguintes diretrizes:*

*6.1. Realizar, para cada servidor, ativo ou aposentado, uma análise comparativa da composição de suas remunerações desde a implantação do regime de subsídio (Lei Estadual n. 8.709/2007), considerando:*

*6.1.1. Um primeiro cenário em que o ATS foi incluído no somatório das verbas remuneratórias adotado para o*





**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
*Gabinete da Presidência*

---

*enquadramento inicial atualmente vigente (cenário 1); e*

*6.1.2. Um segundo cenário, no qual o enquadramento inicial se daria sem a inclusão do ATS, mantendo-se seu pagamento de forma destacada desde então (cenário 2).*

*6.2. Concluídos os cálculos, eventual saldo positivo resultante da subtração do valor obtido no cenário 2 em relação ao valor do cenário 1 configurará a diferença salarial devida, decorrente da violação ao princípio da irredutibilidade de vencimentos;”*

Em decisão posterior lançada no andamento n. 41 foi revogada a decisão acima em destaque.

No andamento n. 52 aportou aos autos o expediente CIA n. 0056483-96.2025.8.11.0000 em que o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário – SINJUSMAT requer a reconsideração da decisão prolatada no andamento n. 41 destes autos em razão do entendimento apresentado pelo Conselho Nacional de Justiça nos autos do Pedido de Providências n. 0005302.63.2025.2.00.0000, permitindo o reconhecimento das parcelas vindicadas acerca do Adicional por Tempo de Serviço com relação aos servidores do Poder Judiciário.

É o que merece registro.

**Decido.**

Conforme relatado, o objeto em análise refere-se à extensão do adicional por tempo de serviço (ATS) e à definição acerca do pagamento das diferenças eventualmente devidas, à luz das novas informações trazidas pelo Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário – SINJUSMAT, bem como do recente posicionamento do Conselho Nacional de Justiça.

Nesse contexto, destaco que o Conselho Nacional de Justiça editou o **Provimento n. 203, de 20 de agosto de 2025**, cujo art. 1º, parágrafo único, estabelece que o pagamento de valores retroativos aos servidores do Poder Judiciário independe de autorização prévia do Conselho Nacional de Justiça,





**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
*Gabinete da Presidência*

---

incumbindo aos próprios Tribunais estabelecerem rotinas de controle e gestão financeira.

Vejamos, *in verbis*:

*Art. 1º As diretrizes gerais previstas no Capítulo I do Título VI do Provimento n. 165/2024, que instituiu o Código de Normas Nacional da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Judicial (CNN/CN/CNJ-Jud), são aplicáveis exclusivamente ao pagamento dos magistrados.*

*Parágrafo único. O pagamento de valores retroativos aos servidores do Poder Judiciário independe de autorização prévia do Conselho Nacional de Justiça, cabendo aos próprios Tribunais estabelecerem rotinas de controle e gestão financeira” (destaque nosso).*

Diante da nova diretriz firmada pelo CNJ, acolho o pedido de reconsideração e revogo a decisão proferida no andamento n. 41.

Por conseguinte, **DETERMINO** o integral cumprimento das disposições contidas no item “**6 – DISPOSITIVO**” da decisão emanada por este **subscritor no andamento n. 35**, conforme excerto já inserido na presente decisão.

Cumpra-se.

Cuiabá, 25 de agosto de 2025.

*Assinado digitalmente*

Desembargador **JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA**  
*Presidente do Tribunal de Justiça*





# Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi assinado eletronicamente, na plataforma de assinaturas do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.

Para assegurar a autenticidade e validar as assinaturas, utilize o endereço abaixo.

<https://validador.tjmt.jus.br/codigo/AD:19C80000-0AA5-0A58-75A7-08DDE419696E>

**Código verificador - AD:19C80000-0AA5-0A58-75A7-08DDE419696E**



**JOSE ZUQUIM NOGUEIRA**

Assinado em 25/08/2025 16:53:18

Documento assinado por meio eletrônico, conforme MP 2200-2 de 24/08/2001.